


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009384-33.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Helena Martins Pereira**
 Requerido: **Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 01 de abril de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de tutela antecipada, proposta por **HELENA MARTINS PEREIRA** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que é idosa, tem 83 anos de idade e padece de esclerose lateral amiotrófica, HAS, insuficiência cardíaca, asma brônquica, constipação intestinal e refluxo gástrico, razão pela qual lhe foi prescrito o uso contínuo dos medicamentos **Synthroid 88 mg** (1 vez ao dia), **Meticorten 10 mg** (1 vez ao dia), **Benicar 40 mg** (1 vez ao dia), **Diupress 25/5 mg** (1 vez ao dia), **Sustrate 10 mg** (2 vezes ao dia), **Procolaran 5 mg** (2 vezes ao dia), **Tecta 40 mg** (1 vez ao dia), **Motilium 10 mg** (3 vezes ao dia), **Labirin 24 mg** (2 vezes ao dia), **Desol** (6 gotas ao dia), **Ancoron 100 mg** (1 vez ao dia), **Naturetti** (1 vez ao dia), **Omnaris 50 mg** (2 vezes ao dia), **Seretide 25/125** (2 vezes ao dia) e **Procimax 20 mg** (1 vez ao dia), que não tem condições de adquirir. Alega, ainda, que fez pedido administrativo à Secretaria Municipal de Saúde, tendo, inicialmente, o Secretário Municipal de Saúde autorizado o fornecimento da medicação pelo período de 60 dias e a orientado a preencher um formulário de requerimento a ser remetido para o Estado de São Paulo, posto que é dele a obrigação de fornecer referida medicação. Contudo, remetido o formulário de requerimento à Secretaria Estadual de Saúde teve seu pedido indeferido, sob o fundamento de que existem outras alternativas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

terapêuticas padronizadas para tratamento das suas patologias. Requer, em sede de antecipação de tutela, o fornecimento pelos Entes Públicos Estadual e Municipal, da medicação prescrita, na quantidade necessária ao tratamento que lhe foi indicado. Com a inicial vieram os documentos de fls. 10/36.

A tutela antecipada foi deferida (fls. 37/38).

Citado, o Estado de São de Paulo manifestou-se às fls. 56/69, alegando, em síntese, que, ao contrário do que pretende a autora, o art. 196 da CF garante o direito à saúde, porém dentro dos protocolos clínicos e rotinas administrativas que norteiam a sua dispensação, o que não implica fornecimento dos fármacos pretendidos pelo paciente e de maneira aleatória. Argumenta sobre a necessidade de substituição dos medicamentos pretendidos por outros igualmente eficazes e constantes da lista de padronizados. Sustenta que há que se respeitar os critérios adotados pela administração pública, evitando-se que o atendimento judicial individualizado aos pacientes comprometa o atendimento coletivo da sociedade.

Por sua vez, a Fazenda Pública do Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 71/99), alegando, preliminarmente, carência da ação por ilegitimidade de parte, considerando que alguns dos medicamentos pleiteados seriam dispensados pelo Estado de São Paulo, sustentando, ainda, a responsabilidade solidária dos entes públicos quanto ao fornecimento de medicamentos à população. No mérito, aduziu, em síntese, que existe recomendação, inclusive do CNJ, para a utilização de medicamentos padronizados pela rede pública de saúde, e que a opção pelos não-padronizados deve ser justificada, comprovando-se a inefetividade dos primeiros, sob pena de indeferimento do pedido. Aduz que o direito à saúde não estaria previsto como um direito individual da pessoa, mas antevisto como um direito social, de efetivação programática. Alegou questões orçamentárias, requerendo a improcedência da ação. Com a contestação foram juntados os documentos de fls. 101/174.

Réplica às fls. 180/185.

O Ministério Público opinou pela procedência da ação (fls. 190/193).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E A DECIDIR.

Inicialmente, não há que se falar em carência da ação por ilegitimidade de parte, considerando que a responsabilidade pela prestação de serviços à saúde da população é solidária, pertencendo às três esferas de governo, o que inclui a Fazenda Pública do Município de São Carlos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

No mérito o pedido merece acolhimento.

Cabe aos Entes Públicos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios ter em seus orçamentos verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde da população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso da autora, pelo que se observa do documento juntado às fls. 11.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 11) e, ainda que assim não se entendesse, tem-se que ela é idosa (fls. 10) e o Estatuto do Idoso, que lhe garante atenção integral à saúde, não impôs nenhuma condicionante ao reconhecimento de seu direito, além da idade. Ademais, a necessidade de utilização dos medicamentos prescritos, foi atestada por médico conveniado a rede pública de saúde (fls. 12/14).

Ante o exposto julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, para condenar as Fazendas requeridas à manutenção do fornecimento contínuo e por tempo indeterminado dos medicamentos **Synthroid 88 mg** (1 vez ao dia), **Meticorten 10 mg** (1 vez ao dia), **Benicar 40 mg** (1 vez ao dia), **Diupress 25/5 mg** (1 vez ao dia), **Sustrate 10 mg** (2 vezes ao dia), **Procolaran 5 mg** (2 vezes ao dia), **Tecta 40 mg** (1 vez ao dia), **Motilium 10 mg** (3 vezes ao dia), **Labirin 24 mg** (2 vezes ao dia), **Desol** (6 gotas ao dia),



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Ancoron 100 mg (1 vez ao dia), **Naturetti** (1 vez ao dia), **Omnaris 50 mg** (2 vezes ao dia), **Seretide 25/125** (2 vezes ao dia) e **Procimax 20 mg** (1 vez ao dia), devendo a autora apresentar relatório médico a cada seis meses, a fim de comprovar a necessidade da manutenção da medicação prescrita, bem como as receitas médicas solicitadas.

As partes requeridas são isentas de custas na forma da lei. Pela sucumbência, condeno o Município de São Carlos ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo, por equidade em R\$ 110,00 (cento e dez reais).

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de a autora estar assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C

São Carlos, 01 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**